

# Contribuições do Marxismo e da Etnoecologia para o estudo das relações socioambientais

Cíntia Pereira Barenho<sup>1</sup>

Carlos RS Machado<sup>2</sup>

*“Que o desenvolvimento de cada um seja a condição para o desenvolvimento de todo” (Marx, 2001)*

## Resumo

Este artigo busca nas idéias de natureza, postas em Marx e Engels, relacionar dois campos de estudo: a Etnociência, via Etnoecologia e o Marxismo, via Ecosocialismo. Para tanto destaca dois aspectos presentes nestes campos de investigação: a exploração do campo e/ou da agricultura, e a natureza como mercadoria. Mesmo que tais teóricos não tenham aprofundado a análise das questões socioambientais, já apresentavam o quão prejudicial estava sendo a expansão do capitalismo. Prejudicial no sentido de utilização indiscriminada dos recursos (elementos) naturais, e principalmente pela apropriação privada da natureza.

**Palavras-chaves:** Etnociência, Ecosocialismo, Natureza.

## Introdução

Marx e Engels consagrados por seus escritos e produção teórica sobre capitalismo, as relações de trabalho e como referência na superação deste sistema começaram a ser buscados para ajudar a responder questões acerca da degradação ambiental produzida e intensificada pelo capitalismo por autores que se reivindicam ecosocialistas. O marxismo possibilitou aos ecosocialistas “abrir portas” para um aprofundamento de sua visão ecológica ao ampliar sua crítica ao modo de produção capitalista relacionado-a à luta por outra sociedade e modo de produzir e de se relacionar com a natureza. Mesmo que, o tema ecologia não tenha tido amplitude nas discussões da época de Marx e Engels, encontramos em suas obras referências a degradação socioambiental que o desenvolvimento do capitalismo efetivava ao expandir-se pelo mundo. Assim, sua produção e análises críticas acerca dos meios de produção, relações de trabalho, consumo, expansão da grande indústria e da agricultura intensiva, dentre outros, são de grande valia para a discussão da temática ambiental no modo de produção atual.

Em decorrência disso é que, alguns teóricos, em especial os ligados a Ecologia, ao compreenderem que a lógica do mercado e lucro é incompatível com as exigências ecológicas iniciaram o debate sobre a impossibilidade de continuidade do modo de produção e de consumo atual, uma vez que este vem sendo o principal destruidor do meio ambiente (Lowy, 2000). E, neste sentido disso promoviam a necessidade de ruptura com a ideologia produtivista do progresso, desenvolvendo-se desde o final do século XIX e início do XX, mas intensificando-se e aprofundando-se nos últimos vinte e cinco anos (Idem, 2000). Enfim, na medida em que os ideais ecosocialistas visam uma ruptura com a civilização material capitalista, e propõe um projeto de nova sociedade - socialista com um novo modo de produção e de novas relações com o

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, FURG/Rio Grande-RS.

<sup>2</sup> Prof. Dr. Políticas Educacionais e da Pós-Graduação Educação Ambiental na FURG/ Rio Grande-RS.

ambiente/natureza e entre os humanos - é um novo paradigma de civilização (Lowy, 2005), suas contribuições ao marxismo, enquanto teoria, e à superação do capitalismo, são fundamentais na atualidade.

Finalmente, ao entender que a etnociência pode complementar, as reflexões dos ecossocialistas e marxistas ecológicos, na superação do capitalismo, mas, ao que nos interessa neste trabalho, na compreensão de comunidades tradicionais, é que relacionarei está àquelas. Ou seja, nesse ensaio, apresento as contribuições do marxismo ao campo da etnociência, tendo como "pano de fundo" a utopia dos ecossocialistas<sup>3</sup>.

Na primeira parte apresento considerações acerca da Etnociência, seus fundamentos teóricos e sua contribuição na compreensão das sociedades tradicionais. Na segunda parte discuto aspectos do Marxismo relacionado ao como o capitalismo se apropria da natureza e em segundo aspectos da agricultura capitalista. Ao final, resgato o apresentado para discutir as relações com a natureza nas sociedades tradicionais e no capitalismo, em seus aspectos internos e externos.

## **1. A Etnociência e as sociedades tradicionais**

A Etnociência pode ser entendida como uma “etnografia da ciência do outro, construída a partir de um referencial da academia” (D’Olive Campos, 2001). Ou seja, parte-se da lingüística para estudar o conhecimento de populações humanas sobre os processos naturais, tentando descobrir a lógica subjacente ao conhecimento humano sobre o mundo natural, sobre as taxonomias e sobre as classificações totais (Diegues, 1996). No campo da etnociência destaque-se que a abordagem etnoecológica é um campo interdisciplinar, que visa ampliar o diálogo entre as ciências naturais e sociais na área de ecologia (Marques, 2001). A etnoecologia se destaca como:

Campo de pesquisa (científica) transdisciplinar que estuda os pensamentos (conhecimentos e crenças), sentimentos e comportamentos que intermediam as interações entre as populações humanas que os possuem e os demais elementos dos ecossistemas que as incluem, bem como os impactos daí decorrentes. (Marques, 2001).

A etnoecologia entende o ambiente como constituído de seres, saberes, relações e cultura, e busca resgatar os saberes tradicionais, no intuito relacioná-los aos saberes científicos. Ou seja, ela traz para a discussão acadêmica a idéia de que o manejo e o conhecimento dos ecossistemas significa, em última instância, uma relação de conhecimento e ação entre as populações e seu ambiente (Diegues, 1996).

A partir do uso dos recursos naturais, na reprodução de seu modo de vida, as populações tradicionais construíram um território rico em diversidade biológica e cultural (Diegues, 2004). E mais, estas populações adquiriram um conhecimento próprio e consequentemente tradicional, sobre o ambiente em que vivem.

Este conhecimento, denominado como Conhecimento Ecológico Tradicional (CET), caracteriza-se como um sistema complexo de saberes, compreensões, hábitos e crenças, oriundos da vivência de uma população tradicional com o seu ambiente (Berkes 2003). O CET é um corpo cumulativo de conhecimentos e crenças, desenvolvido por gerações e transmitido culturalmente, a respeito das relações dos seres vivos (incluindo humanos) entre si e com seu ambiente (Berkes, 1993). Portanto, o CET é um atributo de sociedades que possuem uma continuidade histórica em práticas

---

<sup>3</sup> Digo "pano de fundo" pois não desenvolverei neste trabalho o ecossocialismo, mas o mesmo perpassa a temática discutida.

tradicionais de utilização dos recursos naturais. Em sua maioria, estas sociedades são não industriais ou são sociedades menos avançadas "tecnologicamente", se comparadas com as "ditas" mais desenvolvidas.<sup>4</sup>

Numa perspectiva marxista, segundo Diegues (1996), podemos entender o conceito de culturas tradicionais como aquelas associadas a modos de produção pré-capitalistas, ou seja, sociedades em que o trabalho ainda não se tornou uma mercadoria; onde há grande dependência dos elementos naturais e dos ciclos da natureza. A dependência do mercado existe, porém não é total (Diegues, 1996). O mesmo, também afirma que:

Essas sociedades desenvolveram formas particulares de manejo dos recursos naturais que não visam diretamente o lucro, mas a reprodução social e cultural, como também percepções e representações em relação ao mundo natural marcadas pela idéia de associação com a natureza e dependência de seus ciclos. (Diegues, 1996: 82).

Nas sociedades tradicionais a natureza é vista, principalmente como uma propriedade coletiva, e manejada de forma a garantir a manutenção dos seus ciclos, em especial, para o desenvolvimento da agricultura. Ao longo das muitas gerações, tais populações, acumularam conhecimentos de sua natureza próxima, vivenciada, desenvolvendo capacidade ímpar de interferir no ambiente de forma sustentável (Nordi et.al., 2003). A produção, assim como para Marx, compreendia um sistema de elementos combinados (Palácios, 1980), no qual o "elemento" lucro não é integrante, mas sim o "elemento" subsistência, manutenção da vida. Dessa forma a diversidade biológica foi sendo mantida de forma conjunta à diversidade cultural dessas populações.

Mesmo uma sociedade inteira, uma nação, enfim, todas as sociedades contemporâneas tomadas em conjunto, não são proprietárias da terra. Elas são apenas ocupantes, usufruárias, e devem, como "bons paters" famílias, deixá-las em melhor estado para as futuras gerações (Marx apud Lowy, 2005).

As comunidades tradicionais, por exemplo, as comunidades de pescadores, foram formatando um sistema de práticas sociais, econômicas e religiosas ao longo de sua existência, destinadas a ocupar, explorar, gerir e imaginar o mar e seus recursos (Diegues, 2004). Também desenvolveram instrumentos cognitivos para identificar mudanças no meio ambiente, a fim de buscar novas alternativas e estimular a capacidade humana de se adaptar a novas situações. Em algumas circunstâncias essa adaptação tem sido possível, em outras, sobretudo as marcadas pelo moderno modelo de sociedade e pela globalização, tal adaptação tem sido problemática, pondo em perigo a própria reprodução do modo de vida tradicional (Diegues, 2004).

## **2. A exploração da natureza no/pelo capitalismo**

O modo de produção de mercadorias, decorrente da exploração do trabalho humana ao transformar a matéria prima e/ou a natureza exterior em bens materiais a serem vendidos como valor de troca de forma generalizada é insustentável a médio e longo prazo enquanto modelo de sociedade para todos e para todas, e talvez, até para o planeta Terra e todos os seres vivos. Tal evidência decorre da reflexão teórica da teoria marxista com teórico da etnoecologia. Tal insustentabilidade no modelo de produção

---

<sup>4</sup> Não aprofundaremos esta questão neste trabalho, pois o que nos interessa neste momento, é a relação que as mesmas desenvolvem/produzem com a natureza.

pode ser discutida através de diversos pontos, dos quais, discutirei nos dois aspectos: apropriação privada da natureza, através da busca do lucro e da ideologia do individualismo; e do modelo de agricultura monocultural.

## **2.1 A natureza como mercadoria**

Enquanto no modelo atual há um predomínio do individual sobre o coletivo, as sociedades tradicionais, em geral, buscaram a reprodução de um modo de vida coletivo. Modo de vida que foi se estabelecendo através de relações indivíduo-coletivo, indivíduo-natureza e coletivo-natureza. Relações coletivas de produção que viabilizaram, mais facilmente, o estabelecimento de processos sustentáveis, pois a produção leva em conta os ciclos naturais, a constituição da sociedade, o benefício do coletivo. A natureza, muitas vezes, é identificada como integrante da sociedade, pois através dela o modo de vida pode ser reproduzido e perpetuado. Ao contrário disso, o capitalismo significou a transformação destas relações sociais e com a natureza constituindo novas. O “caráter universal do desenvolvimento das forças produtivas” (Marx, apud Waldman, 1992: 19) expressa a especificidade de uma forma de apropriação da natureza que é privada e voltada para o benefício individual (Waldman, 1992: 19).

No entanto, não podemos idealizar àquelas sociedades. No modelo capitalista, por meio da apropriação privada da natureza, o que impera é a lógica de “natureza como mercadoria” e/ou “objeto de troca visando lucro”. Marx retrata tal situação, evidenciando como o trabalhador vai perdendo seu vínculo com a natureza:

O trabalhador nada pode criar sem a natureza, sem o mundo exterior sensível. Ela é a matéria pela qual o seu trabalho se efetiva, na qual [o trabalho] é ativo, [e] a partir da qual e por meio da qual [o trabalho] produz. Mas como a natureza oferece os meios de vida, no sentido de que o trabalho não pode viver sem objetos nos quais se exerça, assim também oferece, por outro lado, os meios de vida no sentido mais estrito, isto é, o meio de subsistência física do trabalhador mesmo (Marx, 2004).

Marx argumenta que, no capitalismo, quanto mais o trabalhador<sup>5</sup> se apropria do mundo externo, da natureza sensível, por meio do seu trabalho, mais ele se priva dos meios de vida (Marx, 2004). Ou seja, na lógica do capital, a natureza que forneceria os meios de produção, o trabalho, se torna um produto não pertencente a ele. A propriedade privada se torna, portanto o produto, o resultado, a consequência necessária do trabalho exteriorizado, da relação externa do trabalhador com a natureza e consigo mesmo (Marx, 2004).

O caráter privado da propriedade no regime capitalista determina uma apropriação privada da natureza, seja em escala local, nacional ou mesmo mundial, dado o caráter de internacionalização do capitalismo (Waldman, 1992).

## **2.2 A exploração do campo e/ou da agricultura**

A agricultura no sistema capitalista é entendida por Marx como agricultura industrial (Lowy, 2005), pois a mesma está principalmente fundamentada no desenvolvimento de plantações em grandes extensões de terras, de apenas uma cultura agrícola e em geral para exportação, ou seja, monoculturas de exportação. Geralmente

---

<sup>5</sup> Mantenho as palavras de Marx, porém entendo tanto como trabalhadores e trabalhadoras.

tais características acontecem em países mais pobres, em “desenvolvimento” ou “subdesenvolvimento”, nos quais possuem extensões de terra consideráveis, com populações tradicionais ocupando áreas agriculturáveis e/ou com processos de reforma agrária fragilizados. Características “perfeitas” para apropriação privada da terra e para a exploração da mesma pelas monoculturas, pelo *agrobusiness*.

Desde seus primeiros escritos, Marx já denunciava a prática invasiva da agricultura industrial e condenava suas formas de desenvolvimento. Tais práticas, nos dias atuais, se intensificaram principalmente pelos incentivos fiscais dados a grandes empresas do ramo da agricultura de exportação, pela fragilização dos processos de reforma agrária, pela falta de políticas para manutenção das populações no campo, pela expulsão de populações de suas áreas tradicionais, pela expansão urbana, entre outros. E mais, Marx, já esboçava uma problemática ecológica e uma crítica radical das catástrofes resultantes do produtivismo capitalista (Lowy, 2005):

Por um lado, a grande propriedade rural reduz a população agrícola a um mínimo em decréscimo constante e lhe contrapõe uma população industrial em constante crescimento, amontoada em grandes cidades; gera, com isso, condições que provocam uma insanável ruptura no contexto do metabolismo social, prescrito pelas leis naturais da vida, em decorrência da qual se desperdiça a força da terra e esse desperdício é levado pelo contrário muito além das fronteiras do país. Grande indústria e grande agricultura, exploradas industrialmente, atuam conjuntamente. Se, originariamente, elas se diferenciam pelo fato de que a primeira devasta e arruína mais a força de trabalho e por isso a força natural do homem, e a última, mais diretamente a força natural da terra, mais tarde, ao longo do desenvolvimento, ambas se dão às mãos, ao passo que o sistema industrial na zona rural também extenua os trabalhadores e, por sua vez, a indústria e o comércio proporcionam à agricultura os meios para o esgotamento da terra (Marx apud Lowy, 2005).

A partir de tal fragmento, que traz uma riqueza de elementos, evidenciamos a atribuição da expansão da “grande” agricultura e indústria como sinônima de destruição ambiental. E mais, de exploração dos trabalhadores e trabalhadoras, sejam eles da cidade ou do campo.

Nas monoculturas de exportação, sejam elas de soja, de árvores exóticas, prevalece uma visão utilitarista dos elementos naturais, da geração de lucro em curto prazo, da redução de custos da produção, da privatização da terra, dentre outros.

Portanto, Marx já destacava a contradição entre a lógica imediatista do capital e a possibilidade de uma agricultura “racional” fundada sobre uma temporalidade muito mais longa e numa perspectiva durável e intergeracional de respeito ao meio ambiente (Lowy, 2005): “todo o espírito da produção capitalista, orientado para o lucro monetário imediato, está em contradição com a agricultura” (Marx apud Lowy, 2003).

Porém o que observamos hoje é a continuidade desta lógica de desenvolvimento de uma agricultura de exportação, no qual sua principal orientação é a mercadológica, ou seja, não há interesse em desenvolver uma agricultura conforme as características e potencialidades da terra, mas sim conforme o potencial de exportação e geração de lucro.

A expansão do agronegócio passa, principalmente, pela expulsão das populações tradicionais, sejam aquelas do campo, sejam aquelas que ocupam terras com potencial agrícola. Também pelo desenvolvimento de maquinários que substituam o trabalhador e trabalhadora do campo. E também pelo desenvolvimento de “defensivos” agrícolas que proporcionem uma maior produção.

[...] cada progresso da agricultura capitalista não é só um progresso da arte de saquear o solo, pois cada progresso no aumento da fertilidade por certo período

é simultaneamente um progresso na ruína das fontes permanentes dessa fertilidade [...] a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social ao minar simultaneamente as fontes de toda a riqueza: a terra e o trabalhador (Marx apud Lowy, 2005).

O capitalismo foi o longo do seu desenvolvimento formatando um sistema de produção insustentável e não condizente com diversidade biológica e cultural existente. Um modelo no qual a natureza é instrumentalizada para a comodidade de determinados homens (e poucas mulheres), ou seja, aqueles que detêm os meios de produção. O desenvolvimento da ciência, da tecnologia, proporcionou o fortalecimento e a consolidação da “grande” indústria e da agricultura em detrimento da natureza, bem como, das populações tradicionais.

### 3. Considerações finais

A relação das sociedades humanas com a natureza, no caso, das sociedades tradicionais ou do capitalismo, como mostramos evidencia diferenças significativas. Se, por um lado, o capitalismo "usa e abusa" da natureza enquanto mercadoria a ser apropriada, transformada e vendida no mercado, enquanto valor de troca; as sociedades tradicionais, ainda, guardam aspectos de "um passado longínquo" no qual sua relação com a natureza difere desta, do sistema vigente. Henri Lefebvre, em um artigo intitulado a “Natureza e a conquista sobre a natureza” (1969) mostra o debate sobre a noção de natureza como algo inesgotável e impreciso, pois designa dois “seres”: a) o ser humano, a “natureza humana”, que sairá e sai da história, que nunca poderá se separar da dita natureza; b) aquilo de onde sai a história, o original, que se metamorfoseia e revela-se às vezes nas formas sucessivas da ação, abstração, dos signos que apóiam e permitem a ação, do poder humano (Lefebvre, 1969: 157). Por um lado, ao nos referirmos a natureza, podemos estar falando dos humanos; de outro, a Natureza, pode ser o lugar de onde saíam os humanos. Ou seja, a Natureza une na confusão, pois se desdobra em “natureza” e “humano”; o homem desdobra-se em “natureza” e “história”, afirma Lefebvre (1969:158).

No entanto, ao perceber-se separado, e superior à Natureza (exterior) no capitalismo, e, portanto passível de ser explorada e "usada a bel prazer", amplia-se a distância entre homem/mulher e natureza, das relações que sociedades tradicionais estabeleciam, e, portanto, a própria natureza humana degrada-se ao degradar a Natureza.

A consciência, ou a tomada de consciência em superar e restabelecer a comunicação e o contato direto no relacionamento com a natureza, no capitalismo é um processo adverso e conflituoso, para não dizermos de "ir contra a maré", pois, neste sistema se produz e re-produzem relações sociais e ideologias de que os recursos naturais<sup>6</sup> são passíveis de serem transformados em produtos econômicos (Martins apud Waldman, 1992) ou mercadorias. E ao proceder desta forma, se está internamente produzindo uma natureza humana incompatível a Natureza externa, pois compatível com a barbárie capitalista. A produção capitalista produz, com a inexorabilidade de um processo natural a sua própria negação (Marx apud Lowy, 2005).

É, em decorrência disso, que somente com a transformação do paradigma de produção existente - o modelo capitalista -, é que as reflexões acima, nos ajudam a pensarmos a construção de sociedades efetivamente sustentáveis, articulando marxismo e ecologia:

---

<sup>6</sup> Entendo como elementos naturais, pois a palavra recurso remete a algo valorável financeiramente.

É necessária uma releitura de mundo, no qual sejam abertas conexões entre as duas grandes sistematizações anticapitalistas da Idade Contemporânea: o marxismo e a ecologia. Este intercâmbio pode apontar para uma nova utopia conjugando democracia, justiça social e ecologia (Waldman, 1992: 60).

Urge a necessidade de se substituir a microrracionalidade do lucro por uma macrorracionalidade social e ecológica (Lowy, 2000). Para tanto, necessitamos valorizar e considerar os diversos conhecimentos que sociedades foram acumulando ao longo de sua existência. Seus modelos tradicionais de produção podem ser meios para a substituição dessa microrracionalidade, uma vez que tais modelos percebem a natureza como algo intrínseco ao desenvolvimento humano.

Karl Marx disse que natureza é o corpo inorgânico do homem (Marx, 2004), e Engels disse que há a necessidade de “uma completa revolução em nossa maneira de produzir e, ao mesmo tempo, de toda a ordem social atualmente dominante” (Engels apud Waldman, 1992). Por isso é que, na abordagem ecológica, através da etnoecologia, e na abordagem marxista, por meio do ecossocialismo, percebemos campos teóricos que precisam ser cada vez mais aproximados no debate de superação do modelo de civilização existente. Sendo, através destes, possível promover uma ruptura com a ideologia produtivista do progresso, reorientando esse progresso à preservação e conservação da diversidade cultural e biológica. E, através deste poderemos produzir novas relações entre os humanos e natureza, e gerando assim, a superação do sistema capitalista produtor de mercadorias antes que ele destrua todas as nossas “naturezas”.

#### 4. Referências

- BERKES, F. **Traditional Ecological Knowledge in Perspective**. In: \_\_\_\_ *INGLIS J. T. (org)*. Traditional Ecological Knowledge: concepts and cases. Canadá: IDRC 1993.
- D'OLNE CAMPOS, M. D. **Etnociência ou etnografia de saberes, técnicas e práticas**. In: \_\_\_\_ AMOROZO, M.C.M.; MING, L.C. e SILVA, S.M.P. (org). Anais do I Seminário de Etnobiologia e Etnoecologia do Sudoeste, Rio Claro, 29 a 30/11 e 01/12/2001. UNESP/CNPq, 200.: 47-92.
- DIEGUES, Antonio C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- \_\_\_\_. **Enciclopédia Caiçara**. V.1. São Paulo: Hucitec, 2004.
- LEFEVBRE, Henri. **Introdução à modernidade - prelúdios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969. p.155-183.
- LOWY, Michel., BENSÁID, Daniel. **Marxismo, Modernidade e Utopia**. São Paulo: Xame, 2000. p.227-238.
- \_\_\_\_. **Ecologia e Socialismo**. São Paulo: Cortez, 2005. p.19-40.
- MARQUES, José Geraldo W. **O Olhar (Des)Multiplicado. O Papel do Interdisciplinar e do Qualitativo na Pesquisa Etnobiológica e Etnoecológica**. AMOROZO, M.C.M.; MING, L.C. e SILVA, S.M.P. (org). Anais do I Seminário

de Etnobiologia e Etnoecologia do Sudoeste, Rio Claro, 29 a 30/11 e 01/12/2001. UNESP/CNPq, 200.: 47-92.

MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. Porto Alegre: L&PM, 2001

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômicos e filosóficos**. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2004,

NORDI, Nivaldo, et.al. Etnoecologia, Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável. In:\_\_\_\_\_. **A Contribuição da Educação Ambiental à Esperança de Pandora**. São Carlos: RIMA, 2001, 2003. p.133-144.

PALÁCIOS, Juan M.S. **Materialismo cultural y materialismo histórico em los estúdios de la relacion sociedad-naturaleza**. Antropologia y Marxismo. n.3., 1980. p.11-33.

WALDMAN, Mauricio. **Ecologia e lutas sociais no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1992.